

Comissão pode ampliar o acesso ao ProUni

Projeto de Marconi Perillo que inclui no Programa Universidade para Todos (ProUni) instituições públicas de ensino não-gratuitas deve ser votado pela Comissão de Educação nesta terça-feira. A proposta pode beneficiar mais de 7 mil estudantes.

PÁGINA 8

Licença de seis meses para as mães vai a sanção

O projeto da senadora Patrícia Saboya que dá incentivos à empresa que ampliar de 120 para 180 dias o tempo da licença-maternidade foi aprovado pela Câmara e agora depende apenas da sanção do presidente da República.

PÁGINA 2

Aprovada MP que cria nova malha ferroviária

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA

Página 2

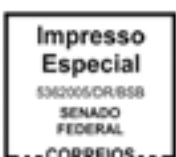
VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 9



RODRIGO DAI/AGÊNCIA SEBRAE

Fabricação de móveis no pólo de Ubá, em Minas: arranjos produtivos locais geram 2,8 milhões de empregos diretos no país

Associação de empresas alavanca produção local

As quase 200 mil empresas que formam os chamados arranjos produtivos locais (APLs) poderão receber novas linhas de financiamento do BNDES, conforme projeto que está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional. Veja como funciona o sistema que vem impulsionando o crescimento no país e no mundo.

PÁGINAS 6 E 7

Jornal do Senado será impresso em papel reciclado

PÁGINA 4

cidadania

Criança deve começar cedo no esporte

Quanto mais precoce for a iniciação esportiva, maior a probabilidade de criar um hábito saudável e duradouro. Veja nesta edição do *Especial Cidadania* como iniciar seu filho no esporte sem prejudicar sua saúde e seu desenvolvimento.

PÁGINA 12



Dornelles é relator de projeto do Senado destinado a subsidiar reforma tributária

Cresce a pressão em favor da reforma tributária

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, Luiz Flávio D'Urso, apresentou na semana passada ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, uma proposta de reforma tributária que limita a carga fiscal a 20% do PIB. Garibaldi disse que a proposta pode ser incorporada aos projetos sobre o tema que tramitam na Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5

PLENÁRIO

Norte-Sul pode chegar a São Paulo

As mudanças na estrutura ferroviária do país feitas por medidas provisória (MP 427/08) foram aprovadas com alterações pelo Plenário na terça-feira. O projeto de lei de conversão (PLV 18/08) originado da MP transforma em empresa pública a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., à qual transfere a administração de algumas ferrovias, e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot).

Para o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), entre os pontos positivos da proposta estão a ampliação da Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Panorama (SP); a criação de uma malha de conexão com os portos de Santa Catarina; e a perspectiva de implantação de trens de alta velocidade entre as cidades mais populosas.

Raupp também elogiou a escolha das novas ferrovias que passam a ser geridas pela Valec: a EF-167, que vai de Panorama (SP) a Porto Murinho (MS); a EF-334,



Medida provisória modificada pelo Senado e pela Câmara prevê uso de trens de alta velocidade

que liga Ilhéus (BA) a Alvorada (TO); e a EF-354, entre o litoral norte fluminense e a fronteira com o Peru. O relator alterou ainda o artigo 6º do projeto para atribuir à Valec a construção, o uso e o gozo das ferrovias.

No exercício da liderança do DEM, o senador baiano Antonio Carlos Junior (BA) trabalhou para que os demais parlamentares não obstruíssem a pauta, o que prejudicaria a votação da medida que beneficia diretamente a Bahia.

– A MP contempla diretrizes e projetos para ferrovias em muitos dos estados brasileiros. Ela atravessa o país de leste a oeste e nós não poderíamos ser contra esse projeto porque o problema da infra-estrutura é grande no

Brasil.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Heráclito Fortes (DEM-PI) posicionaram-se contra a matéria, por acreditarem que ela não sairá do papel. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) se manifestou contrário à aprovação, não pelo mérito, mas por se tratar de medida provisória, cujo uso indiscriminado, em sua opinião, apequena o Parlamento.

Jim Argello (PTB-DF) apoiou a iniciativa de Raupp de incluir Brasília no caminho da EF-354, enquanto Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aplaudiu a inclusão da cidade de Barcarena no trajeto da Ferrovia Norte-Sul.

Também apoiaram o projeto os senadores César Borges (PR-BA), Eliseu Resende (DEM-MG), Romeu Tuma (PTB-SP), Osmar Dias (PDT-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Marina Silva (PT-AC), Gilberto Goellner (DEM-MT) e, com ressalvas, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

COMISSÕES

MUSEUS - O Estatuto dos Museus (PLC 115/08), já apreciado na Câmara, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). O projeto visa promover a interação entre os museus, a disseminação de conhecimentos específicos, a gestão integrada e a aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação e pesquisa; e exige que os museus elaborem um plano museológico, com a missão que devem desempenhar.

PRÊMIO FREI GALVÃO - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a criação do Prêmio Frei Galvão do Mérito Social, a ser concedido anualmente a cidadãos e organizações brasileiros que se destacarem pelos serviços comunitários e de responsabilidade social. Segundo o relator Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta (PLS 249/07) contribui “inegavelmente para dar visibilidade e o devido reconhecimento àqueles que se dedicam a ajudar os mais necessitados”.

LOUVOR À JUDOCA - A lutadora de judô Ketleyn Quadros, primeira mulher brasileira a obter, em Olimpíadas, uma medalha em prova individual, receberá voto de louvor da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sugerido pelo presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), e aprovado por unanimidade. A peso leve Ketleyn Quadros, 20 anos de idade, nasceu em Brasília e conquistou medalha de bronze em Pequim ao derrotar a australiana Maria Pekli.

Acesso aos Lençóis Maranhenses pode ter aeroporto internacional

O aeroporto de Barreirinhas, a principal via de acesso aéreo ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, um importante destino turístico do país, pode ser internacionalizado. A proposta (PLS 248/07) é da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) e foi acolhida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), recomendou a aprovação da matéria, que autoriza o governo federal a investir na ampliação do aeroporto e decretar sua abertu-

tura para aeronaves com saída e destino ao exterior. Roseana considera que a proposta também beneficia o estado do Piauí, que tem seu principal aeroporto articulado ao de Barreirinhas. O texto, examinado em decisão terminativa, deve seguir agora para avaliação dos deputados.

A CI aprovou ainda o PLS 697/07, para aumentar a BR-359 em 570 quilômetros, dentro do estado de Mato Grosso do Sul. A rodovia, que liga os municípios de Mineiros, Coxim e Corumbá,

chegaria também a Cocalinhos, Alcinoópolis e Alto Taquari. O relatório favorável foi de Eliseu Resende (DEM-MG) e o projeto segue agora para exame da Câmara.

Outra proposição acolhida (PLS 610/07), do falecido senador Jonas Pinheiro, federaliza trecho da rodovia MT-343, situado entre Cáceres e Barra dos Bugres, em Mato Grosso. O projeto, que vai à Câmara dos Deputados, foi relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT).



Flávio Arns defende a ampliação do direito consagrado pelo Estatuto do Idoso

Idosos poderão escolher poltronas em viagens

Proposta aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, garante aos idosos que viajam de graça em ônibus interestaduais – por determinação do Estatuto do Idoso – o direito de escolher o assento em que farão o percurso. O projeto (PLS 596/07) é do senador Expedito Júnior (PR-RO) e recebeu parecer favorável do relator, Flávio Arns (PT-PR).

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), divulgou a agenda de trabalho da comissão para os próximos meses. Por acordo, a CDH realizará audiências públicas em três quintas-feiras (dias 21 e 28 de agosto e 4 de setembro) e fará a próxima reunião para votação de projetos no dia 10 de setembro.

Projeto muda cédulas para ajudar deficientes visuais

As cédulas em circulação no país poderão ser substituídas em até dez anos, para dar lugar a notas com elemento que permita a identificação do valor do dinheiro pelos deficientes visuais. A proposta (PLS 141/08), de Flávio Arns (PT-PR), foi relatada por Virgínio de Carvalho (PSC-SE), e aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decisão terminativa.

Outro projeto acolhido, de Papaléo Paes (PSDB-AP), em decisão terminativa na CDH, inclui a visão monocular entre as deficiências visuais (PLS 339/07). O relator, Flávio Arns, disse que “essas pessoas sofrem com o preconceito e com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, porém não se encaixam perfeitamente nos critérios legais de definição de deficiência”. Também foi aprovado projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que isenta as máquinas de escrever em braile do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (PLS 144/08). A proposição, cujo relatório foi lido por José Nery (PSOL-PA), será agora examinada pelo Plenário antes de seguir para a Câmara.

A CDH acatou o texto de Flávio Arns que modifica o projeto (PLS 382/03) e define percentuais e critérios para a reserva de cargos e empregos públicos às pessoas com deficiência. A comissão fará ainda outra votação, em turno suplementar.

Consumidor deve ter até seis datas para pagar água e luz

As concessionárias de serviços públicos poderão ser obrigadas a oferecer ao consumidor e às micro e pequenas empresas pelo menos seis datas como opções de vencimento de contas.

A proposta do Executivo (PLC 104/05) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para exame do Plenário.

O relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), havia sugerido alterações, mantidas pelo relator na CCJ, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), prevendo que, além das microempresas, também as empresas de pequeno porte possam escolher as datas de vencimento das contas.

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), acatou ainda pedido de vista do texto final do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao PLS 98/02 – Complementar, que altera as regras para criação de municípios.

Aprovado pela comissão no início de julho, o projeto retornou à CCJ para exame de emendas recebidas em Plenário e será votado na comissão nesta semana.

O senador Marco Maciel também aceitou retirar de pauta o PLS 228/05, a pedido do relator Alvaro Dias (PSDB-PR). Apresentada por José Sarney (PMDB-AP), a proposta estabelece um novo marco legal para as fundações. Alvaro Dias informou que deverá apresentar novo relatório.

COMISSÕES

Meta é atingir 10% de energia “limpa”

Até 2018, 10% do consumo anual de energia no país deverão ser provenientes de fontes renováveis, como as de matriz solar, eólica e biomassa, segundo proposta (PLS 204/08) do senador Renato Casagrande (PSB-ES) aprovada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em decisão unânime e terminativa. Para Casagrande, os países líderes na corrida pela geração e consumo de energia renovável contaram com forte ação de seus governos, quase sempre com a fixação de metas obrigatórias.

O texto determina que cada distribuidora de energia elétrica e cada consumidor livre (aquele

autorizado a comprar energia de outro fornecedor que não a concessionária local) deverão comprovar anualmente o cumprimento das metas para cada período. Essas metas deverão ser escalonadas em regulamentação própria, até que seja atingido o patamar mínimo de 10% em 2018.

A proposta, relatada pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), também prevê o fim da exigência de carga mínima de 500 kW para os consumidores livres especiais – categoria daqueles que, além de exercerem a opção de compra de energia elétrica de fornecedor distinto da concessionária, também são supridos por fonte

renovável. A restrição de carga é vista como um obstáculo para a futura expansão da geração renovável, quando os preços tiverem baixado e o mercado estiver mais aquecido.

Medida já foi adotada na China

Na avaliação de Casagrande, a meta de 10% até 2018 não é difícil de ser atingida e pode até haver uma corrida por investimentos na geração se o governo garantir a compra dessa energia, conforme expectativas de especialistas do setor. Metas obrigatórias de geração e consumo foram adotadas pela China, país que espera chegar a 2020 com 15% de toda sua energia produzida a partir de fontes renováveis. Para 2010, a meta a ser alcançada é de 3% do total. Em decorrência dessa política, os chineses teriam chegado ao fim de 2007 com um incremento de 127% na geração de energia eólica.

Goellner observa que chefes de Estado de 191 países-membros da ONU assinaram em 2000 a Declaração do Milênio, documento que consagra entre seus fins o respeito à natureza. Em decorrência, entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio está a sustentabilidade ambiental, que exige o uso crescente de energias renováveis.



Demostenes Torres e Magno Malta, na CPI da Pedofilia, ouvem Lidiane Foo, acusada de crime de exploração sexual pela PF

“Pra mim, isso não era crime: era meu mundo”

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia na terça-feira, a moradora de Boa Vista (RR), Lidiane do Nascimento Foo, de 25 anos, afirmou que “levava meninas” entre 12 e 17 anos para encontros com o ex-procurador-geral de Roraima, Luciano Queiroz, e outros indiciados pela Operação Arcajo da Polícia Federal, de combate à exploração sexual. Lidiane disse que ela mesma, aos 11 anos de idade, teve relacionamento com o ex-procurador e outros denunciados pela PF.

Advogado nega estar envolvido com pedofilia

Por sua vez, o advogado Alexander Ladislau explicou à CPI da Pedofilia que sua conversa telefônica com o então procurador de Roraima, Luciano Queiroz, grameada pela Polícia Federal,

era sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, e não sobre a rede de abuso de crianças e adolescentes do estado.

Já os quatro acusados de cometerem abuso sexual contra menores na cidade de Niquelândia (GO) ficaram calados ao depor. A comissão aprovou requerimentos para ir a Niquelândia ouvir nove menores que sofreram abusos. Também foram convocados representantes das empresas Oi/Telemar, Brasil Telecom, Telefônica, NET, GVT, Embratel e CTBC para prestarem esclarecimentos sobre pedofilia na internet.

A CPI aprovou ainda a convocação de seis acusados de crimes sexuais contra menores nas cidades de Cariacica, Santa Maria de Jetibá e Cachoeiro do Itapemirim, todas no estado do Espírito Santo.

Hotel que hospedar menor ilegalmente pode ser fechado

Os hotéis, pensões, motéis e similares que hospedarem crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização destes, serão multados. Se reincidirem, poderão ser multados novamente e fechados por até 15 dias. Em caso de reincidência em período inferior a 30 dias, serão fechados definitivamente e ter ainda a licença cassada. Substitutivo com esse objetivo, apresentado ao projeto (PLS 255/04) da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Exploração Sexual, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta propõe alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e, após a votação na CCJ, segue para votação em Plenário.

CI aprova restrições à oferta do serviço 0900

As empresas de telefonia fixa podem ser proibidas de oferecer o serviço 0900 sem a expressa autorização do assinante da linha telefônica. O projeto (PLS 473/99) é do senador Tião Viana (PT-AC) e já foi aprovado com alterações pelos deputados. Na semana passada foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que acompanhou o voto do relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), e agora será submetido ao Plenário.

O texto da Câmara ampliou a proposta original ao definir algumas exigências para a liberação do serviço 0900, como a determinação de que a autorização do assinante seja por escrito ou por desbloqueio comprovado por meio do prefixo 0800 ou chamada local.



Projeto relatado por Goellner (C), entre Geovani e Augusto, prevê que, até 2018, 10% da energia sejam renováveis

Comissão aprova prioridade à reciclagem

As licitações realizadas pelo poder público devem priorizar a compra de papel reciclado, conforme projeto (PLS 112/08) do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta receberá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O parecer favorável, de Flávio Arns (PT-PR), diz que o poder do Estado é suficientemente grande para estabelecer um novo padrão de demanda no mercado de forma a tornar comercialmente interessante para as empresas a oferta de papel reciclado, uma vez que as compras governamentais movimentariam, por ano, cerca de 10% do produto interno bruto (PIB).

O projeto especifica que a determinação não se aplica a livros, periódicos e similares adquiridos ou produzidos pela administração pública.

Foi aprovada ainda indicação para que seja elaborado um estudo de medidas legislativas que visem a redução dos impactos da ação humana sobre o meio ambiente.

Jornal do Senado em papel reciclado

A edição semanal do **Jornal do Senado** do próximo dia 25 será impressa em papel reciclado, assim como os números seguintes da publicação. O anúncio foi feito na última quarta-feira pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), ao destacar que a decisão foi adotada no âmbito do programa Senado Verde, que estimula a conservação do meio ambiente pelos funcionários da Casa.

Em breve, a impressão em papel reciclado será estendida a todas as publicações do Senado,

explicou o 1º secretário.

– Parece pouco que uma instituição como o Senado, isoladamente, tome essa providência. Mas se toda a administração pública, nas três esferas, seguir esse exemplo, o ganho será bem maior – afirmou.

Efraim lembrou que, no dia anterior, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que estabelece a adoção, pela administração pública, da compra de papel reciclado em seus procedimentos licitatórios.

– Poupa-se assim a natureza, reduzindo-se em razoável medida a demanda por papéis novos, que exigem abate constante de árvores – disse Efraim.

Paim também comemorou a aprovação de seu projeto, assim como a decisão de utilizar papel reciclado para a impressão do jornal.

– Há muito o **Jornal do Senado** trabalha para usar o papel reciclado, em consonância com movimentos e orientações que visam acelerar a reciclagem de papel no país – frisou.

Publicação semanal completa quatro anos

A partir do próximo dia 25 de agosto a edição semanal do **Jornal do Senado** passa a circular com papel reciclado. Criado há quatro anos, o jornal semanal é publicado sempre às segundas-feiras e tem uma tiragem aproximada de 74 mil exemplares, dos quais cerca de 6 mil são distribuídos em Brasília e o restante segue para os assinantes via Correios.

Diferente da versão diária, que reflete mais diretamente as sessões e reuniões diárias do Plenário e

das comissões, o semanal faz uma abordagem mais aprofundada de temas em debate no Senado e no país, incluindo reportagens especiais.

É no semanal que circulam cadernos especiais com assuntos específicos – foi o caso, por exemplo, da edição presumida da Abolição da Escravidão e do diagnóstico da educação brasileira.

Acompanhará a mudança de papel uma renovação do projeto gráfico da edição semanal.

MINISTRO PARA O STJ - O nome do desembargador federal Benedito Gonçalves, 54 anos, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Augusto Delgado. A indicação presidencial vai agora a votação no Plenário. Atualmente, Benedito Gonçalves atua no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

CORREGEDOR DO CNJ

- A indicação de Gilson Langaro Dipp para ministro corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2008 a 2010, feita pelo Superior Tribunal de Justiça, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue agora para votação no Plenário. O CNJ realiza o controle externo do Poder Judiciário e seus membros são nomeados pelo presidente da República depois de aprovados pela maioria absoluta dos membros do Senado.

REFORMA TRIBUTÁRIA Durante evento em São Paulo, presidente do Senado critica modelo tributário brasileiro

Aumenta pressão por mudança fiscal

DIVULGAÇÃO OAB-SP



Na OAB-SP, Garibaldi (ao microfone) ouve proposta de reduzir percentual da arrecadação sobre o PIB

Votação este ano é possível, diz Chinaglia

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, afirmou que as chances de votação da reforma tributária são grandes. Mas, para isso, a Casa precisa de três semanas com pauta livre (sem medidas provisórias com prazo vencido) para discutir e votar essa reforma, prevista na proposta de emenda constitucional (PEC 233/08) enviada pelo Executivo ao Congresso em fevereiro, e em outros projetos.

Chinaglia admitiu, no entanto,

que a votação só deverá ocorrer depois das eleições. Ele informou que tem conversado com o presidente Lula sobre a necessidade de restringir as MPs. Para o deputado, há ministros atrapalhando, porque pedem a edição de medidas provisórias.

– Nós queremos votar a reforma tributária, mas com tantas MPs será impossível – disse.

O relator e o presidente da comissão especial da reforma tributária são, respectivamente,

os deputados Sandro Mabel (PR-GO) e Antonio Pallocci (PT-SP).

Depois de votada na Câmara, a matéria será analisada pelo Senado, onde já tramita outra proposta de reforma tributária, relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) na subcomissão temporária sobre o assunto (veja nesta página), que funcionou no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta vai subsidiar as discussões do governo no Senado.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), Luiz Flávio D’Urso, apresentou na última segunda-feira ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, uma proposta de reforma tributária que pretende limitar a carga dos tributos a 20% do produto interno bruto (PIB) em cinco anos. Atualmente, esse percentual está em 38%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

De acordo com o presidente do Senado, a sugestão pode ser incorporada aos projetos sobre o tema que tramitam na Câmara.

Ainda em São Paulo, na Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing, Garibaldi condenou

a excessiva carga tributária e disse que o momento da economia é propício para grandes decisões nessa área.

– Nosso sistema tributário apresenta um viés anticrescimento, por tributar

bens destinados ao ativo fixo das empresas, aumentando o custo dos investimentos – afirmou.

Para Garibaldi, a desoneração dos investimentos deve ser ponto central. Ele reconheceu que a União começa a se sensibilizar com essa questão, mas observou que a redução da carga tributária é complexa, porque “ninguém quer perder”. Segundo o senador, o primeiro ente federativo a não querer perder é a própria União, que leva a imensa fatia do bolo tributário.

– No entanto, são os executivos municipais e estaduais que estão mais perto do povo e provêm, na maioria das vezes, serviços básicos como saúde, educação e segurança. Por isso, estão a merecer fatias maiores da arrecadação. Há 15 anos, por exemplo, 80% dos recursos arrecadados pela União eram compartilháveis com estados e municípios. Hoje, apenas 47% da arrecadação federal

são compartilhados – apontou.

Garibaldi disse que a arrecadação tributária atingiu R\$ 55,7 bilhões em junho, um aumento de 10,5% em relação a maio e de 13,6% na comparação com junho do ano passado. Também observou que, no acumulado do ano, a arrecadação atingiu R\$ 327,6 bilhões, 16% a mais que no primeiro semestre de 2007.

– A carga tributária do Brasil é a terceira maior do mundo. Supera até mesmo a de países que direcionam boa parte da arrecadação para serviços sociais, como o Canadá – frisou, citando países com carga inferior à brasileira, como Estados Unidos (25,77%), Japão (26,28%) e Austrália (30,68%).

O presidente do Senado afirmou que os brasileiros não têm serviços de saúde e de educação condizentes com a arrecadação. Pelo contrário. Ele destacou que, com grande número de tributos vinculados à seguridade social,

o Brasil é apenas o 54º colocado no ranking que relaciona a quantidade de tributos e a oferta de serviços como saúde e educação.

Garibaldi também disse que 80% da arrecadação tributária brasileira provém das empresas, enquanto em países desenvolvidos o alvo de taxações é a renda, em vez da atividade produtiva.

– Nosso país carece de um sistema tributário compatível com o de seus parceiros comerciais. Nos países desenvolvidos, tributa-se a renda, o consumo, a propriedade, enquanto aqui os tributos recaem sobre a poupança, os investimentos e a produção. O grande problema para se fazer uma reforma tributária é que a parcela que o Estado extrai da sociedade é incompatível com a capacidade contributiva da população. Sem uma redução da carga tributária, não será possível criar-se um sistema tributário racional – assinalou.

Brasil tem carga tributária maior que Estados Unidos, Japão e Austrália

Proposta unifica impostos e alíquotas

A PEC 233/08 altera vários dispositivos constitucionais para fazer ajustes na estrutura tributária. Ela é o eixo da nova reforma pretendida pelo governo. Veja os principais pontos:

IVA-Federal

O IVA-Federal será a junção das contribuições sociais pagas à União. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), a Cofins e a Cide-Combustíveis, que incidem sobre as receitas de empresas, serão cobradas de uma única vez. Por outro lado, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) vai incorporar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também incide sobre a base de cálculo do IR. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), principal imposto federal, não será incorporado.

Novo ICMS

O novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será cobrado no estado de destino das mercadorias, o que, de acordo com o governo, deve inviabilizar a chamada “guerra fiscal” entre os estados. Para compensar eventuais perdas de receita pelos estados, será instalada uma câmara de compensação com a criação do Fundo de Equalização de Receitas, formado por 1,8% da arrecadação dos impostos federais. O dinheiro será usado para ressarcir estados que perderem arrecadação com o novo ICMS.

Desoneração

A PEC inclui medidas para desoneração da folha de pagamento das empresas. Uma delas extingue o salário-educação, hoje cobrado com alíquota de 2,5% sobre a

folha de pagamento. O governo garante que o montante de recursos para a educação será mantido dentro do novo IVA-Federal, com caráter vinculado. Essa medida está assegurada, enquanto as outras dependem de regulamentação. Outra desoneração na folha de pagamento prevista na PEC é a redução da alíquota para a contribuição à Previdência Social por parte das empresas. A intenção é reduzir um ponto percentual ao ano da atual alíquota de 20% até atingir 6%.

Impacto

O governo calcula em 0,5 ponto percentual o impacto positivo sobre o crescimento do país após a implantação da reforma e prevê aumento da arrecadação, sem aumento da carga tributária. O mecanismo para impedir o aumento da carga será regulamentado por lei complementar.

Transição

Algumas mudanças – especialmente a substituição de impostos e contribuições – só entrarão em vigor dois anos após a aprovação da PEC. No caso da unificação dos sistemas tributários estaduais, o prazo é de oito anos. Durante esse período, a proposta prevê regras de transição para que as mudanças sejam adotadas progressivamente. Vários pontos da PEC também dependerão de lei complementar para entrar em vigor.

Proposta do Senado é mais ampla que a do Executivo

Além da proposta de reforma tributária encaminhada pelo Executivo ao Congresso em fevereiro, que aguarda votação na Câmara (veja quadro), há outra no Senado, elaborada pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator na subcomissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), defende a criação do Imposto sobre o Valor Adicionado-Nacional (IVA-Nacional), mais amplo que o IVA-Federal proposto pelo governo. O IVA-Nacional englobaria os quatro tributos do IVA-Federal mais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Tanto

o governo quanto a subcomissão argumentam que o IVA resultaria na simplificação do sistema tributário nacional.

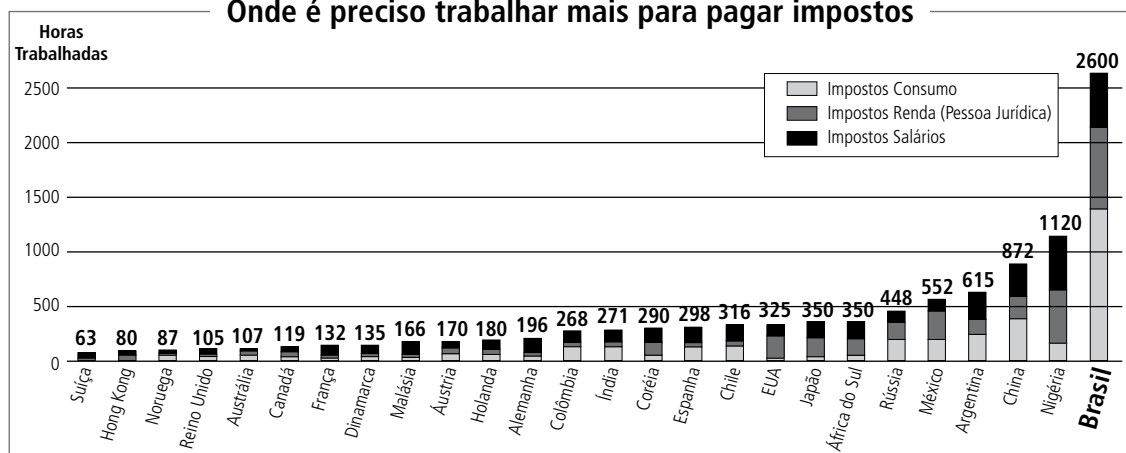
A subcomissão também propõe estender às contribuições sociais todas as restrições constitucionais impostas aos demais tributos. Dornelles afirmou que, dessa forma, será possível “fechar as torneiras que têm sido utilizadas para aumentar a carga tributária”.

Para ele, as contribuições sociais foram usadas pelo governo federal para arrecadar, escapando das restrições da Constituição.

– Defendemos que as contribuições sociais sejam enquadradas dentro de uma redefinição do conceito de tributo, para que não haja tanta facilidade para criá-las.

Mais simples, IVA-Nacional incorporaria tributos federais e estaduais

Onde é preciso trabalhar mais para pagar impostos



Fontes: Banco Mundial, PricewaterhouseCoopers e Francisco Dornelles

CRESCIMENTO Projeto do Senado amplia financiamento público aos arranjos produtivos locais, que reúnem empresas, instituições de pesquisa e de apoio de um mesmo setor da economia com o objetivo de modernização e ampliação da renda

Combustível para as economias locais

Responsáveis por 2,8 milhões de empregos diretos, as mais de 190 mil empresas de micro, pequeno, médio e grande porte que formam os chamados arranjos produtivos locais (APLs) no país poderão receber mais estímulos, por meio de novas linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A medida está prevista em projeto de lei (PLS 142/08) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que pode ser votado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) nesta terça-feira, às 10h30.

Os arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico (veja o quadro). A proposta de Renan determina que o banco destine parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiamento desses APLs, adotando como critério o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas. A idéia é permitir que os créditos sirvam de redutores das desigualdades regionais e “contribuam na melhoria das condições humanas e sociais das áreas beneficiárias”, como destaca o autor.

Com parecer favorável do relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), o projeto lista uma série de países que vêm adotando políticas de desenvolvimento das médias, pequenas e microempresas com base na dinamização de arranjos produtivos locais, casos, entre outros, da Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Japão e Estados Unidos. No cenário nacional, Renan destaca várias experiências bem-sucedidas de APLs, como a do ramo de frutas no Pará, do setor de calçados em Minas Gerais ou mesmo do Porto Digital do Recife, em Pernambuco.

Os APLs têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e tecnológico de uma região, beneficiando todas as empresas e engajando comunidades locais, centros de tecnologia e pesquisa, instituições de ensino e entidades públicas ou privadas. Tudo isso possibilita a geração de maior competência às empresas, maior competitividade e inserção em novos mercados, inclusive externos. As empresas instaladas em APLs exercem aprendizado e eficiência coletivos, troca de informações, aumento da competitividade – defende Renan Calheiros.



A bordadeira Luciene Oliveira, líder das artesãs em Tobias Barreto (SE), estimula a união de competências para disputa de mercado



Renan Calheiros (acima) e Valter Pereira são o autor e o relator de projeto sobre arranjos produtivos locais que pode ser votado na CDR



Pólo moveleiro de Ubá, na Zona da Mata de Minas Gerais, pode ganhar com inovação e fomento às exportações

Para especialista, modelo se encaixa na diversidade brasileira

O coordenador da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), José Eduardo Cassiolato, professor-adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acredita que o incentivo aos APLs é essencial em um país com tanta diversidade econômica, social e cultural como o Brasil.

É preciso tratar a diversidade de forma positiva, não só para a nossa história como para nosso desenvolvimento econômico. A questão dos APLs é fundamental, porque permite dispor de um instrumento ao mesmo

tempo analítico e político que possibilita compreender nossas especificidades espaciais. É extremamente importante que nos últimos quatro ou cinco anos o apoio aos APLs tenha passado a ser prioritário na agenda política brasileira, nos níveis federal, estadual e até municipal – disse o estudioso em entrevista à Agência Fapesp.

Outro especialista lembra que a reunião das empresas em torno dos APLs assegurará a elas uma chance real de disputar um mercado cada vez mais globalizado e feroz. – Pequenas e médias

empresas isoladas ou em pequenas aglomerações realmente sofrem enormes restrições competitivas por estarem situadas em regiões periféricas. Todavia, as potencialidades dos APLs são relevantes e podem ser desenvolvidas em condições competitivas equivalentes ou superiores às do Primeiro Mundo, mesmo em boa parte dos espaços industriais periféricos brasileiros – avalia Gustavo Antonio Galvão dos Santos, economista do BNDES e doutor em Economia pela UFRJ, em seu estudo apresentado em congresso sobre o tema.

Empresas e empregos dos APLs

UF	Empresas	Empregos formais	Empregos informais
AC	491	2.824	60
AL	829	6.960	104.830
AM	7.048	40.640	47.616
AP	179	4.080	35.775
BA	2.722	55.990	528.400
CE	812	12.499	15.567
DF	4.898	15.851	13.480
ES	11.896	144.516	9.000
GO	6.581	67.391	18.240
MA	*	*	*
MG	2.671	45.964	616
MS	2.819	8.583	1.333
MT	1.248	6.254	*
PA	149	4.630	14.043
PB	*	*	*
PE	5.436	190.689	62.300
PI	*	1.336	235
PR	2.982	46.182	8.446
RJ	4.233	73.650	*
RN	1.206	5.941	52.008
RO	3.510	62.864	1.148
RR	15.475	2.548	35.914
RS	49.973	259.893	24.660
SC	46.866	270.312	1.550
SE	5.967	15.847	153.952
SP	11.888	340.219	*
TO	117	481	5.092
TOTAL	189.996	1.686.144	1.134.265

(* Dados não fornecidos
Fonte: Levantamento Institucional de APLs prioritários 2007-2008, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Bancos oficiais ampliam opções de crédito

Segundo o Sebrae Nacional, a falta de crédito é um dos principais obstáculos para a criação e o desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil. Apesar de responderem por aproximadamente 20% do produto interno bruto (PIB) e 60% dos empregos gerados no país, as médias e pequenas empresas recebem apenas 10% dos créditos concedidos pelos bancos oficiais e privados. Nos arranjos produtivos locais predominam os pequenos negócios, daí a importância crucial do crédito facilitado como instrumento de desenvolvimento.

Segundo a assessoria do BNDES, uma das prioridades do banco, ressaltadas pelo presidente Luciano Coutinho, é reduzir as desigualdades regionais, aumentando a participação das regiões Norte e Nordeste nos empréstimos. Essa redução de desigualdades passa pela inserção das comunidades mais pobres nos grandes projetos de investimento do país, tais como o complexo industrial e portuário de Suape. As comunidades podem se beneficiar dos grandes projetos organizados em APLs ou em associações, seja como fornecedoras de insumos ou de serviços.

De janeiro a junho de 2008, o BNDES investiu R\$ 38,6 bilhões em financiamentos para o setor produtivo. Desse total, as parcelas reservadas às regiões menos desenvolvidas cresceram. O Norte ficou com R\$ 1,43 bilhão e o Nordeste com R\$ 3,35 bilhões. Nesses totais estão incluídos os desembolsos específicos para empresas ligadas aos APLs.

No último dia 24 de julho, o Banco do Brasil deu um primeiro passo, ao lançar o BB Giro APL, destinado às micro e pequenas empresas participantes dos APLs. Segundo o banco, é a primeira linha de crédito do país voltada exclusivamente

para a sustentabilidade dos pequenos negócios.

Nos primeiros 12 meses da linha de crédito, o BB Giro APL pretende liberar R\$ 200 milhões em empréstimos. Somente na fase de projeto-piloto, junto aos APLs do Distrito Federal, concedeu cerca de R\$ 1 milhão em financiamento com carência de três a cinco meses, prazo de pagamento de até dois anos e juros mais compensadores, além de redução de 50% do valor cobrado de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF).

Após o balde de água fria com a elevação de 0,75 ponto percentual na taxa de juros, para 13% ao ano, o lançamento é uma grande notícia – celebrou o 1º vice-presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Ricardo Caldas.

Outro atrativo do BB Giro APL é que ele dispensa certidões e elimina a burocracia tradicional em outras linhas de crédito, por ter a garantia do Sebrae e de seus parceiros. O diretor de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, José Carlos Soares, informou que a instituição já apoia 151 arranjos em todo o país, sendo que 17 são do Distrito Federal.



Presidente do BNDES, Luciano Coutinho quer maior apoio para Norte e Nordeste



O Sebrae nacional e as unidades estaduais atuam para estimular as exportações pelos arranjos produtivos locais

Sebrae/DF elogia vontade de crescer

O Sebrae nacional e suas unidades estaduais vinculadas atuam junto aos arranjos produtivos locais para promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento. Somente no Distrito Federal, dez APLs, apoiados pelo Sebrae/DF e seus parceiros, reúnem mais de 12 mil micro e pequenas empresas em setores como agronegócio, gemas e jóias, madeira e móveis, indústria gráfica, turismo e tecnologia da informação.

O diretor do Sebrae/DF, José Carlos Moreira De Luca, destaca a importância dos APLs por reunirem empresas que desejam crescer, vinculadas a associações, federações e sindicatos, fortalecendo segmentos produtivos. O órgão oferece capacitação gerencial e consultoria na organização de eventos que ajudem a conquistar novos mercados.

Comemorando o lançamento de uma linha de financiamento especial para os APLs pelo Banco do Brasil, o Sebrae/DF lembrou que iniciativas de ampliação do crédito para micro e pequenos empresários, como a do projeto do Senado, são bem-vindas, especialmente se oferecerem juros baixos e maiores prazos de carência – como empréstimos do BNDES e, agora, do BB (veja ao lado).

Como APLs contribuem para o desenvolvimento

- Redução das desigualdades sociais e regionais
- Inovação tecnológica
- Expansão e modernização da base produtiva
- Crescimento do nível de emprego e renda
- Redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas
- Aumento da escolaridade e da capacitação
- Aumento da produtividade e competitividade
- Aumento das exportações.



Fonte: Estudo do BNDES de 2004.

Na Itália, região tem crescimento espantoso

Dados do Instituto Nacional do Comércio Exterior da Itália revelam que a região de Emilia-Romagna responde por cerca de 10% do PIB nacional e por 12% das exportações. Nos anos recentes, a região, que se tornou um caso de sucesso dos arranjos produtivos locais, sustenta invejáveis taxas de crescimento nas exportações: 45% no caso da indústria e 53% no caso dos serviços.

São cerca de 400 mil empresas, das quais 130 mil são familiares e 3 mil cooperativas, em sua maioria de pequeno e médio porte. Com uma estrutura muito articulada e difusa, o distribuem em diversos distritos industriais que começaram a surgir ainda na década de 50 (veja quadro).

No Brasil e nos países em desenvolvimento em geral, ainda são escassos os estudos sobre casos de clusters, ou arranjos produtivos, de sucesso. Um

deles é o de mármore e granito em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Cidade de porte médio ao sul do estado (cerca de 175 mil habitantes), Cachoeiro funciona como um pólo irradiador de crescimento sobre um grande número de municípios vizinhos e em sua região organizou-se um dos principais centros produtores, em nível nacional e mundial, de rochas ornamentais, especialmente de mármore e granitos para fins industriais.

Do início das atividades de extração, ao final da década de 50, aos dias de hoje, o crescimento foi estupendo. Atualmente, a produção de mármore e granito ocorre em praticamente todo o estado, com 890 empresas, gerando 20.194 empregos diretos, das quais cerca de 70% no município de Cachoeiro, que tem 892 km².



Principais distritos em Emilia-Romagna

Região	Setor/Especialização	Empresas	Empregados
Piacenza	Máquinas, utensílios e automação	15	2.000
Parma	Alimentação e empacotamento	200	6.800
Reggio Emilia e Modena	Maquinaria agrícola	150	17.960
Reggio Emilia e Modena	Indústria cerâmica	380	31.500
Carpi (Modena)	Têxtil	4.000	20.000
Mirandola (Modena)	Biomedicina	74	3.100
Bologna	Empacotamento de alimentos	101	7.139
Bologna	Automobilismo e motociclismo	2.400	2.000
S. Mauro Pascoli	Calçados, peles e couros	160	3.000

EDUCAÇÃO Projeto de lei inclui no programa instituições públicas estaduais e municipais que oferecem cursos pagos

Ampliação do ProUni será examinada pelo Senado

O Programa Universidade para Todos (ProUni), que, segundo o Ministério da Educação (MEC), beneficiou 385 mil estudantes entre 2005 e 2007, pode ser ampliado para abarcar instituições públicas estaduais e municipais não-gratuitas. A proposta (PLS 85/07), do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), deve ir a votação nesta terça-feira na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Na semana passada, a senadora Marina Silva (PT-AC) pediu o adiamento da análise do projeto por uma semana, para examinar o impacto financeiro da iniciativa.

O programa, que incentiva a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes em troca de benefícios fiscais às instituições de ensino superior, foi criado por medida provisória, aprovada pelo Congresso, para permitir o acesso de estudantes com renda familiar de até três salários mínimos à universidade (veja nesta página).

Hoje, somente faculdades privadas, com ou sem fins lucrativos, podem conceder bolsas aos alunos em troca de isenções de contribuições sociais. Marconi argumenta que estudantes carentes de instituições públicas não beneficiadas pela legislação em

vigor ficam excluídos do programa sem nenhuma justificativa.

O relator na CE, Cícero Lucena (PSDB-PB), já apresentou relatório favorável ao projeto. Mas Marina Silva alertou que o Ministério da Fazenda tem objeções à proposta, por ampliar a renúncia fiscal do governo federal. A Receita Federal informa que deixou de arrecadar R\$ 264,6 milhões em 2006 para financiamento do ProUni.

Outro ponto questionado é a emenda de Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que estabelece uma relação entre a concessão de bolsas parciais (de 50% ou 25%) pelo ProUni e o financiamento do valor final pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), gerido pela Caixa Econômica Federal.

O problema é que, enquanto o ProUni prevê um convênio entre a instituição de ensino e o governo, o acesso ao Fies é um contrato feito diretamente pelo estudante junto à Caixa, como agente do governo. A alteração, aprovada pela CCJ em dezembro de 2007, também faz com que o projeto tenha que modificar duas leis diferentes em vez de uma só.

Mais 7,2 mil estudantes seriam beneficiados, diz ex-secretária

De acordo com a ex-secretária de Educação de Goiás Eliana França, a ampliação sugerida por Marconi Perillo não deve ter impacto tão grande nas contas federais. Isso porque existem apenas 61 fundações municipais de ensino superior que passariam a ter o direito de aderir ao ProUni caso o projeto se transforme em lei. As instituições oficiais estaduais que oferecem cursos pagos seriam ainda menos numerosas.

Essas instituições, geralmente sediadas em municípios de pequeno e médio porte, têm 608 cursos e 144.813 alunos matriculados. Eliana França estima que todas as fundações têm interesse em aderir ao ProUni, mas apenas 5% de seus estudantes (cerca de 7,2 mil) estariam, inicialmente, aptos a receber as bolsas do programa, o que representaria um aumento pequeno na renúncia fiscal do governo federal (veja quadro com o número de alunos por tipo de instituição). O número também é muito inferior à diferença entre o número de bolsistas (385 mil) e o de bolsas ofertadas (415 mil) entre 2005 e 2007 nas instituições que já aderiram ao ProUni.

Mas a ex-secretária acredita

que, com as bolsas de estudo, as instituições ficariam mais atraentes para os estudantes dessas localidades, especialmente da zona rural, que geralmente não têm condições ou não querem sair de onde moram para ter acesso à faculdade. As fundações municipais de Goiás, por exemplo, estão situadas em cidades como Rio Verde, Goiatuba e Anicuns, onde são opções para quem quer continuar os estudos depois do ensino médio.

Maioria dos cursos é de licenciatura

Eliana França, que é membro do Conselho de Educação de Goiás, ressalta o aspecto social da medida, ao explicar que grande parte das fundações municipais atende alunos de cidades pequenas que não têm outras opções de faculdades. Os cursos, disse, são em sua maioria de licenciatura, ou seja, de formação de professores, que também é uma das metas originais do ProUni.

As instituições municipais e estaduais pagas são uma exceção à regra. Sua existência é garantida pelo artigo 242 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



JOÃO BITTAR/MEC

Proposta de Marconi Perillo pode incluir no programa do governo alunos de cidades de pequeno e médio porte



J. FREITAS

Entenda como funciona o programa

O ProUni foi criado pela Lei 11.096/05 para ampliar a oferta de bolsas de estudo integrais e parciais (de 50% e 25%) a estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida à concessão das bolsas, as instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos federais.

Somente podem receber as bolsas estudantes que completaram o ensino médio na rede pública ou como bolsistas na rede particular. Para a bolsa integral, o aluno deve comprovar renda familiar *per capita* máxima de até um salário mínimo e meio e, para a bolsa parcial, de até três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que, por conta do ProUni, viu o número de inscritos subir muito desde 2005.

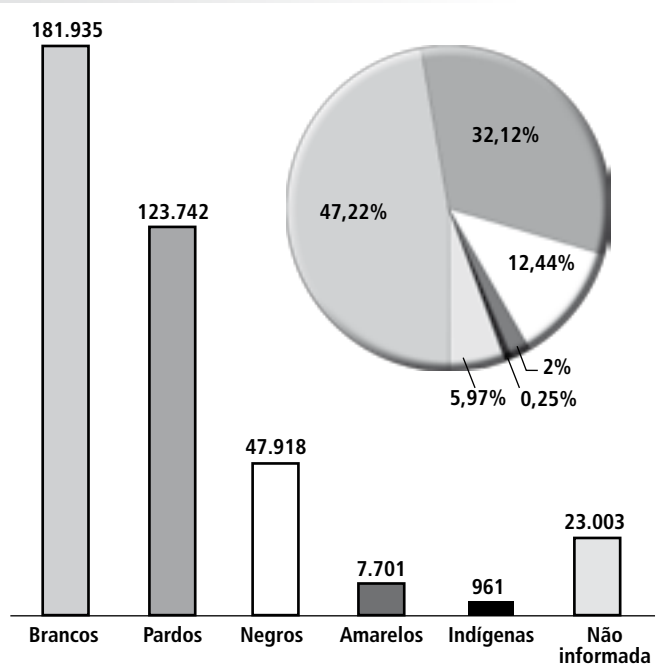
Somente aqueles com mais de 45 pontos nas provas podem receber a bolsa. Os que têm melhores notas podem escolher primeiro o curso e a instituição onde desejam estudar, já que as faculdades têm um teto a cumprir na concessão das bolsas.

Desde que cumpram os critérios acima, pessoas com deficiência e as que se declaram indígenas, pardas ou negras também têm cotas no ProUni. Como resultado, dos 385 mil bolsistas do programa, 124 mil são pardos e 48 mil, negros (veja gráfico).

Pelo ProUni, a permanência dos estudantes na escola é

incentivada por meio da Bolsa Permanência (de R\$ 300 para bolsistas integrais), por um convênio de estágio com a Caixa Econômica Federal e pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que permite ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

Distribuição das bolsas



Número de alunos na rede privada cresceu 15,3%

Desde a instituição do ProUni, em 2004, o número de alunos no ensino superior privado vem aumentando. Em 2006, houve um crescimento de 15,3% no número de matrículas e boa parte pode ser creditada ao programa.

Com esse dado, o país fica mais próximo de atingir a meta do Plano Nacional de Educa-

ção, que prevê a inclusão de 30% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior até 2011.

Ao comemorar os quatro anos do ProUni, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou que o programa levou à constatação de que "os pobres da periferia, que eram acusados de nivelar a educação por baixo", são os melhores alunos.

Das 2.165 universidades existentes no Brasil, 89,3% são instituições privadas ou comunitárias, que têm maior disponibilidade de horários e facilitam a matrícula de quem precisa trabalhar. Estudantes de cursos sequenciais, de formação específica, também podem receber as bolsas do Programa Universidade para Todos.

Voz do Leitor

CRIME NO TRÂNSITO

“É meu desejo ver apresentado e aprovado, o mais rápido possível, o projeto de lei que agrava a pena para o motorista que, depois de embriagar-se, tomar a direção de seu carro sem a mínima condição de dirigir ou pilotar e cometer um acidente fatal no mínimo previsível pelo mais descuidado dos homens. O condutor que dirige nessa condição deverá ser autuado por homicídio doloso do tipo dolo eventual, quando o agente não quer o resultado, mas com sua conduta assume o risco de produzi-lo.”

Francisco Marcos de Lima, de Barbalha (CE)

VEÍCULOS

“Sugiro um projeto que regularize todos os veículos que estão apreendidos nos depósitos dos Detrans do Brasil.”

José Dutra de Sousa, de Paulista (PB)

ESTÁGIO PROBATÓRIO

“Proponho a apresentação de um projeto de lei que vise diminuir o prazo do estágio probatório para os funcionários públicos.”

Sebastião Pereira de Oliveira, de Iaciara (GO)

BEBIDA EM ESTRADA

“O Ministério da Justiça equivocou-se com a proibição de venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais e atribuiu à Polícia Rodoviária o ato de fiscalizar os estabelecimentos infratores. Esses policiais são os mais bem pagos do Brasil, cerca de R\$ 5 mil iniciais. São treinados para combater criminosos, e não para ‘visitar’ bares,

restaurantes, supermercados, postos de gasolina e ‘pés-sujos’. A administração pública deveria fazer um estudo técnico antes de determinar o uso de servidores já assobeados em suas funções constitucionais. Chega de medidas eleitoreiras que visam apenas fazer média com a opinião pública. Chega de políticos em funções estritamente técnicas.”

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

CORRUPÇÃO

“Lula foi eleito duas vezes com meu voto. Antes de confirmar meu voto lembro-me que pensei: ‘Lula, só tenho um pedido a fazer ao senhor: não roube e nem deixe ninguém roubar’. Hoje, vemos essa situação absurda. Eu penso: ‘É sensato exigir uma lei que limite valores a serem gastos através desses cartões corporativos?’ Parabéns aos senhores senadores pela luta em defesa da moralidade e do que é correto e justo.”

Licínio Fernandes de Medeiros, de Caicó (RN)

CRIANÇAS E VIOLÊNCIA

“O Código de Hamurábi previa que os filhos e filhas podiam ser entregues em razão de dívidas do pai com credores, tornando-se escravos. Na Idade Média, a Inquisição permitia tortura e assassinatos de crianças e idosos. Na Idade Moderna, crianças judias foram mortas em câmaras de gás. E nos dias de hoje? Há agressão familiar à criança, crimes raras vezes descobertos, pois muitos dizem ser um ‘problema íntimo de família’. O que as crianças necessitam é de atenção, amor e exemplos de verdade.”

Ilton Ferraz da Luz, de Carazinho (RS)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal

Etanol feito de lixo

A empresa britânica Ineos Bio anunciou que dispõe de uma tecnologia capaz de produzir etanol a partir de lixo biodegradável. A companhia prevê que o bioetanol será produzido em escala industrial dentro de dois anos. De acordo com a em-

presa, o lixo é superaquecido para a obtenção de gás, que é usado para alimentar bactérias anaeróbicas que geram etanol. No último estágio, purifica-se o etanol para ser usado como combustível puro ou misturado à gasolina.



TUTTI81/FLICKR

Solução no Sol

Cientistas anunciaram um plano para cortar as emissões de carbono da Europa utilizando a energia solar proveniente do deserto do Saara, que seria capaz de abastecer todo o continente com eletricidade “limpa”. Arnulf Jaeger-Walden, do Instituto de Energia da Comissão Européia, disse que seria preciso aproveitar apenas 0,3% da luz solar que incide sobre o deserto do Saara e sobre os desertos do Oriente Médio para suprir a necessidade energética da Europa.

Menos filhos, menos poluição?

Artigo publicado na revista científica *British Medical Journal* afirma que ter menos filhos é uma forma de contribuir para o combate ao aquecimento global. O professor de planejamento familiar do University College, de Londres, John Guillebaund, ressalta que “a população mundial já ultrapassa

6,7 bilhões e o consumo de combustíveis fósseis, água potável, colheitas, peixes e florestas excede a oferta”. Segundo o especialista, “cada pessoa que nasce contribui para a emissão de gases poluentes e é impossível escapar da pobreza sem que haja um aumento dessas emissões”.

MOTO POLUI MUITO MAIS - Dez horas de trabalho de um motoboy equivalem a seis cigarros fumados, conforme teste feito com um aparelho desenvolvido pelo pesquisador Paulo Saldiva, professor da Faculdade de Medicina da USP, que mede os níveis de poluição inalada pelos pulmões. O aumento das motos no trânsito significa mais poluição - já que um carro zero a gasolina lança no ar 0,4 gramas de monóxido de carbono por quilômetro rodado, enquanto uma moto nova emite 6 gramas na mesma distância. A motocicleta polui mais porque a maioria dos modelos não tem injeção eletrônica nem catalisador. Os fabricantes dizem que a partir de janeiro as novas motos vão sair da fábrica poluindo muito menos.

Frases

“Se é obrigatório apresentar a certidão e se o documento que é obrigatório é público, por que o TSE, que para cada candidato já tem a foto, a escolaridade e a declaração de bens, não disponibiliza também as certidões?”

Ideli Salvatti, sugerindo uma forma de os eleitores saberem se seus candidatos são réus em algum processo.

“Alguém comete um ato de delinquência contra a coisa pública, enriquece com o dinheiro do furto, se elege senador ou deputado, e a jurisprudência diz que ele não tem mais que prestar contas a ninguém aqui dentro”

Arthur Virgílio, sobre seu projeto de tornar incompatível com o decoro parlamentar desvio de conduta praticado antes da diplomação.

“Os canhotos também são filhos de Deus”

Marco Maciel, que no Dia do Canhoto pediu que as escolas tenham carteiras para os que escrevem com a mão esquerda.

“O que a lei do piso salarial fez de mais importante foi federalizar o professor brasileiro. Surgiu a causa única pela qual todos os professores podem lutar”

Cristovam Buarque, sobre “o perigo” de os governadores contestarem o piso nacional para os professores.

“Quando um senador julga um par, há todo um clima de cisão, constrangimento e pressão enorme. Isso pode ser evitado deixando somente para o Supremo esse papel”

Leomar Quintanilha, propondo que o julgamento de senadores seja feito por órgão externo ao Congresso.

“Todos dizem que Jefferson Péres vai fazer falta. Eu tinha uma inveja grande dele, mas uma inveja não pecaminosa, e sim uma inveja cristã. Ele dizia em cinco minutos o que eu precisaria de uma hora”

Pedro Simon, a favor de dar o nome de Jefferson Péres ao Conselho de Ética.

Foto da Semana

O sargento Laci Araújo (C) relata à senadora Fátima Cleide a situação a que foi submetido em prisão no Exército, acusado de deserção, após assumir publicamente que vive há 12 anos com o ex-sargento Fernando Figueiredo (D). “Várias vezes fiquei sem tomar meus remédios, passei muito frio na cela que ficava num pátio aberto.” A senadora manifestou apoio aos parceiros



HENRIQUE TEIXEIRA/GABINETE FÁTIMA CLEIDE

GONZALO JALLASI/AGÊNCIA BOLIVIANA DE INFORMAÇÃO



Evo Morales propõe à oposição um pacto pela pacificação da Bolívia e nova Constituição

Rádio debate pós-referendo boliviano

A população da Bolívia, por meio de referendo, decidiu manter o presidente Evo Morales no poder. Manteve ainda em seus cargos os principais governadores que fazem oposição a Morales.

Como fica o país diante desse

impasse? Haverá negociações entre o poder central e os departamentos que buscam autonomia? Quais as causas dos diversos conflitos existentes hoje no país?

O *Conexão Senado* pode trazer algumas respostas a essas perguntas. Nesta segunda-feira, ao

meio-dia, a Rádio Senado conversa com o senador José Nery (PSOL-PA) sobre o assunto. Ele integrou comitiva parlamentar que acompanhou o referendo. O programa ouve também o embaixador da Bolívia e especialistas em relações internacionais.

Consultor fala sobre novo CPP

O Senado instalou uma comissão de juristas para apresentar um anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP). O atual, de 1941, foi editado durante a ditadura Vargas e é apontado como um dos responsáveis pela morosidade do Judiciário.

Diminuir o sentimento de impunidade e tornar mais céleres os processos penais, sem que isso

signifique cercear o direito de defesa, é a tarefa da comissão responsável pelo anteprojeto do código. Sobre esse trabalho, o programa *Fique por Dentro da Lei* entrevista o consultor do Senado e integrante da comissão Fabiano Augusto Silveira. O programa vai ao ar nesta terça-feira, na Rádio Senado, às 8h30.

Na TV, a arte de Leandro Braga e Rogério Caetano

O pianista Leandro Braga e o violonista Rogério Caetano são os entrevistados do programa *Espaço Cultural* que vai ao ar pela TV Senado no sábado, às 24h, e no domingo, às 14h30. Os dois músicos já se conhecem há tempos, em função da constante presença de Leandro em Brasília, como músico ou como professor dos cursos de verão da Escola de Música de Brasília. E a empatia foi imediata: falavam a mesma língua, apreciavam os mesmos compositores e – o mais valioso – tinham uma concepção musical semelhante, com muita criatividade, espontaneidade e improviso.

Assim, no repertório do duo é possível ouvir várias composições de ambos, além de visões

muito originais de obras já consagradas, como *Corta-jaca*, de Chiquinha Gonzaga, *Língua de preto*, de Honorino Lopes, *O morro não tem vez*, de Tom e Vinícius, *Naquele tempo*, de Pixinguinha e Benedito Lacerda, e *Melodia sentimental*, de Villa-Lobos, entre outras.

As composições dos dois instrumentistas geralmente são músicas dedicadas a outras pessoas, verdadeiros presentes, como *Tânia Silva*, *Marta-me*, *Pavana*, *Diana*, *Um Ariel de saudades* e *Intuitiva* (esta dedicada a Leandro), de Rogério Caetano.

É dentro dessa concepção livre e criativa que o duo amadurece seu trabalho para entrar em estúdio no ano que vem e gravar seu primeiro CD.

No sábado, João Almino e Brasília, sua musa

O programa *Leituras* traz – no sábado, às 9h30 e 20h, e no domingo, às 8h e 20h30, entrevista com o escritor e diplomata João Almino. Nascido em 1950 em Mossoró, no Rio Grande do Norte, especialista em História e Filosofia Política, também é um apaixonado pela fotografia. João Almino fala sobre Brasília, cidade que considera sua “musa inspiradora” e que aparece em diversos dos seus livros como palco das ações do

narrador. *O livro das emoções* é um deles. *A Capital* é o cenário da história de um fotógrafo cego, empenhado em editar um diário fotográfico.

Professor nas universidades Nacional do México, Berkeley e Stanford, além do Instituto Rio Branco, Almino descreve a rotina a que se impõe para escrever, sempre nas primeiras horas do dia. Sem disciplina, diz ele à Rádio Senado, não conseguiria criar uma única linha.



SÁBADO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Ecosenado
- 4h30 - De coração
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado (reprise)
- 7h15 - Ecosenado (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional
- Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Diplomacia

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Ecosenado (reprise)
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h30 - Mesa Brasileira
- 16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
- 17h40 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras
- 20h30 - Ecosenado (reprise)
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Especial (reprise)
- 22h40 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural

DOMINGO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Ecosenado (reprise)
- 2h30 - Diplomacia -
- 3h30 - Cidadania Entrevista -
- 4h - Leituras
- 4h30 - De coração (reprise)
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Ecosenado (reprise)
- 11h30 - Especial

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural (reprise)
- 16h - Mesa Brasileira (reprise)
- 17h - Diplomacia
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Mesa Brasileira (reprise)
- 22h - Especial (reprise)
- 23h10 - Parlamento Brasil
- 23h40 - De coração (reprise)
- 24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 9h - Prosa e Verso
- 9h30 - Música e informação
- 10h - Reportagem Especial
- 10h30 - Música e informação
- 12h - Senado Resumo
- 12h30 - Música e informação
- 14h - Cine Musical
- 14h15 - Música e informação
- 15h - Autores e Livros
- 15h20 - Música e informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Música e informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e informação

- 22h - Cine Musical
- 22h15 - Música e informação
- DOMINGO**
- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 9h20 - Música e informação
- 10h - Cine Musical
- 10h15 - Música e informação
- 16h - Prosa e Verso (reprise)
- 16h30 - Música e Informação
- 17h - Reportagem Especial
- 17h30 - Música e informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar		Como sintonizar	
TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo	(55) e Manaus (57). ANTENA PARABÓLICA	Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical	Receptor de Vídeo/Áudio
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)	Sistema analógico: Satélite - B1	Freqüência - 3.644,4 MHz	Digital NTSC MPEG-2 DVB
	Satélite - B1	Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz	Symbol Rate - 3,2143Ms/s
	Transponder - 11 A2	Antena - 3,6 m	
	Polarização: Horizontal	PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110	FEC - ¾
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife	Freqüência - 4.130 MHz		
	Sistema digital: Satélite - B1		

Como sintonizar	
FM	No endereço www.senado.gov.br/radio , por meio do Real Player ou Windows Media Player
ONDAS CURTAS	ANTENA PARABÓLICA
	Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2
INTERNET	

SENADO

Exposição homenageia Guimarães Rosa

O Senado sediará – de 20 a 29 de agosto – a *Exposição Guimarães Rosa*, cujo acervo pertence à Academia Brasileira de Letras. A abertura da mostra, em homenagem ao escritor que teria completado 100 anos em junho passado, ocorrerá em conjunto com o lançamento do *Dicionário de Guimarães*, de Luiz Coronel, às 14h desta quarta-feira, no 1º andar do Anexo II do Senado.

Após a abertura da exposição será realizado, no auditório do Interlegis, um painel sobre o escritor mineiro, mediado pelo jornalista Sérgio Sá e com a participação do poeta Alexei Bueno; da professora e poeta Elizabeth Hazin (que fez doutorado na Universidade de São Paulo de-

fundendo a tese “A gênese do Grande Sertão: Veredas”, sobre Guimarães Rosa); e da escritora Vilma Guimarães Rosa, filha do homenageado.

Às 18h, no mesmo local, Vilma Guimarães Rosa lança seu mais recente título: *Relembanças*. Ela é autora de diversos livros, entre eles *Acontecimentos*, *Setestórias*, *Carisma*, *Clique!* e *As visionárias*. A programação das homenagens ao centenário do escritor está sendo organizada pela Comissão do Ano Cultural Artur da Távola.

João Guimarães Rosa nasceu em Cordisburgo (MG), em 27 de junho de 1908, e faleceu no Rio de Janeiro em 19 de novembro de 1967. Foi um dos mais importantes escritores brasileiros, além

de médico e diplomata. Escreveu diversos contos e romances, a maior parte deles ambientada no sertão brasileiro. A sua obra destaca-se, sobretudo, pela inovação da linguagem, marcada pela influência de expressões populares e regionais. O primeiro livro que escreveu data de 1936. Trata-se de um volume de poesias, *Magma*, que ganhou o 1º prêmio do concurso de poesia de 1936, promovido pela Academia Brasileira de Letras.

Além de *Sagarana* e *Grande sertão: veredas*, a ficção completa de João Guimarães Rosa reúne os seguintes títulos: *Manuelzão e Miguilim*; *No Urubuquaquá*, *no Pinhém*; *Noites do sertão*; *Primeiras histórias*; *Tutaméia*; *Estas histórias* e *Ave, palavra*.

Rádio Senado lança CD da série 50 Anos da Bossa

Com o intuito de homenagear a Bossa Nova, a Rádio Senado lançou o CD da série *50 Anos da Bossa Nova*. O evento, que também fez parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola, ocorreu antes do *show* do músico Toninho de Paula, na semana passada.

O CD contém dez programas que contam a história do estilo que levou a música brasileira para os quatro cantos do mundo. A série traz temas como “João Gilberto e *Chega de saudade*”; “O verão de 64 e Brigitte Bardot”; e “A bossa do século 21”.

Além de Tico da Costa, a cantora Ângela Brandão, o pianista Toninho de Paula e a cantora Vanessa Pinheiro se apresentaram durante a semana passada no auditório do Programa Interlegis, em Brasília, como parte da programação.

O Ano Cultural também homenageia, em agosto, além dos 50 anos da Bossa Nova, os escritores Graciliano Ramos, Machado de Assis, Guimarães Rosa e Câmara Cascudo.

A escolha de 2008 como Ano Cultural do Senado – que tem o ex-senador Artur da Távola como homenageado – foi proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO) e teve o apoio do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho.



Toninho de Paula



Ângela Brandão



Tico da Costa



Vanessa Pinheiro

Representante da Casa toma posse na EBC

Indicada pelo presidente Garibaldi Alves, a consultora do Senado Ana Luiza Fleck Saibro tomou posse no conselho curador da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), gestor da TV Brasil. Ana Luiza é bacharel em Jornalismo e Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Media and Communications pela London School of Economics, Inglaterra.

Com cerca de 20 anos de trabalho na área de comunicação, Ana Luiza defende rádio e televisão públicas como forma de corrigir as distorções do setor.

Interlegis faz parceria com Poder Judiciário

O Programa Interlegis firmou parceria com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região (Pará e Amapá) para oferecer cursos de capacitação e especialização de servidores públicos. Segundo a assessoria do Interlegis, é a primeira vez que o programa do Senado realiza convênio com um órgão do Poder Judiciário. De início, três cursos serão oferecidos aos servidores do tribunal: Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; e Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Presidência



PAULO LIMA

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu a comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele recebeu o mais alto grau da comenda, o Grão Colar, assim como o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Os presidentes do Superior Tribunal de Justiça, Francisco César Asfor Rocha; do Superior Tribunal Militar, tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre; e do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues, receberam a Grã Cruz.

A comenda foi criada há quase 38 anos, em novembro de 1970, para homenagear pessoas e instituições que se tornaram exemplos para o engrandecimento do país ou que prestaram relevantes serviços ao Brasil.

Garibaldi recebe Medalha da Defesa Civil

Junto com outras 40 personalidades, Garibaldi Alves recebeu a Medalha Defesa Civil Nacional. A comenda, no grau Grande Oficial, foi-lhe entregue pelo ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, em reconhecimento pela contribuição ao fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Na mesma solenidade, junto

com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o ministro da Integração Nacional lançou um selo e um carimbo comemorativo alusivos aos 65 anos de criação da Defesa Civil no país. Destinado à circulação comercial, o selo terá tiragem de mil exemplares, a serem distribuídos a autoridades e coordenadorias estaduais de defesa civil.

Presidente do Senado defende reforma política

Em palestra na Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, Garibaldi Alves defendeu a reforma política como a reforma constitucional que deveria preceder as demais. – Trata-se da reforma sobre cujas bases se assenta a estabilidade institucional – disse o presidente do Senado. No seu entender, reformar a política é mudar modelos que já não mais satisfazem na democracia. Ele citou a necessidade de mudanças no sistema de voto, na fidelidade partidária, no financiamento das campanhas, no sistema de representação e até no sistema de governo.

Senador quer empresa investigada fora de licitação

Garibaldi Alves entende que as empresas que respondem a processo judicial por suspeita de fraudes na prestação de serviços terceirizados à Casa não devem participar da nova licitação que substituirá os contratos em vigor. O chefe de gabinete da Presidência, Florian Madruga, está à frente da realização da nova licitação. Garibaldi informou que Romeu Tuma (PTB-SP), corregedor do Senado, ficou de apresentar relatório sobre as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal para, então, analisar a necessidade de novas apurações internas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula

Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Incentive seu filho a fazer esporte desde a infância

Quanto mais cedo uma criança começa a praticar esportes, maior a probabilidade de adquirir um hábito saudável para toda a vida. Mas os pais devem garantir que a criança tenha acompanhamento nutricional e médico e pratique modalidades adequadas à sua idade

Esportes de acordo com a faixa etária

Até sete anos

Oferecer oportunidades para exercitar as habilidades motoras básicas: correr, saltar, arremessar, segurar, chutar:

- Natação, corrida, salto, futebol, capoeira, surfe, danças, ginástica (rítmica e olímpica)

De sete a dez anos

Velocidade e combinação das habilidades anteriores:

- Ciclismo e atletismo

11 anos

Escolha da modalidade, levando em conta o tipo e a carga do exercício físico. É a hora dos esportes de resistência:

- Atletismo, ginástica, esportes com bola, salto ornamental e lutas

Após o estirão do crescimento

Exercícios de força:

- Musculação, remo, fisiculturismo

13 anos

- Esportes competitivos

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria

Os passos para iniciar a criança no treinamento

A Federação Internacional de Medicina do Esporte apresenta as seguintes recomendações:

1. Antes de praticar um esporte, a criança deve submeter-se a exame médico para avaliar riscos de saúde.
2. O treinador deve ter conhecimentos dos problemas biológicos, físicos e sociais que podem afetar a criança e estar em condições de aplicar esses conhecimentos nos treinamentos.
3. O treinador precisa identificar as particularidades de cada criança. O desenvolvimento da criança deve prevalecer sobre as exigências do treinamento.
4. A criança deve experimentar diversos esportes antes de escolher a modalidade que melhor se adapte a suas necessidades, interesses e aptidão física.
5. Os praticantes não devem classificar-se por idade, e sim da maturidade, tamanho corporal, destreza e sexo.
6. As regras e duração dos jogos precisam ser adequadas à idade das crianças; e as sessões de treinamento devem ser breves e organizadas para melhorar o resultado e evitar lesões.
7. O levantamento de pesos não é recomendado antes da maturação no crescimento esquelético (15 anos). Corridas de fundo, como a maratona, também não são adequadas.
8. A alimentação da criança precisa suprir os nutrientes que garantam energia para o treinamento sem comprometer o desenvolvimento físico.

Olimpíadas reforçam a opção pelo esporte

A presença nas Olimpíadas de Pequim de atletas como a brasileira Daiane dos Santos - que mais uma vez competiu na prova de solo da ginástica ao som do choro *Brasileirinho*, de Waldir Azevedo - motiva muitas crianças brasileiras, que também passam a sonhar com a glória olímpica.

Aliás, a importância do esporte na formação da criança e do adolescente é ressaltada pelos especialistas independentemente do momento olímpico. E as famílias têm se empenhado em encaminhar os filhos para a prática esportiva. Mas, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente determine a obrigação de o Estado oferecer esporte a todos, a lei ainda está longe de ser atendida na maior parte dos estados com programas voltados para as famílias de baixa renda.

Já as classes mais abastadas e a classe média colocam o esporte como uma das prioridades da família, que frequenta academias e clubes. É nesse contexto que também ocorrem os exageros, como afirma a psicóloga Vera Lúcia Lucio, de Brasília. "Desde cedo, as crianças são obrigadas a praticar determinada atividade, muitas vezes contra a sua vontade, e, ainda em alguns casos, não adequada para aquela idade", diz a especialista, que em seu consultório costuma receber crianças estressadas diante das cobranças feitas pelos pais.

A maior queixa dos pais é o desejo constante de troca de esporte. Num semestre, natação, no outro, judô, e no ano seguinte, vôlei. "Não vejo isso como um problema, porque a criança precisa experimentar, para no futuro fazer melhor as suas escolhas. É preciso um acordo com a criança, para que ela termine o semestre, antes de passar para outro esporte", diz Vera Lúcia. Para ela, a prática do esporte é sempre melhor do que o vício da televisão. No entanto, atenta para a necessidade de respeito ao temperamento e biótipo de cada criança.

A pediatra Beatriz Perondi, do grupo multidisciplinar de Medicina Esportiva do Instituto da Criança (ICr), em São Paulo, alerta para a necessidade de um acompanhamento médico e nutricional, já que nos treinos ou nas competições o organismo da criança utiliza os nutrientes disponíveis, que são indispensáveis para garantir um crescimento adequado.

Os especialistas também concordam que o esporte deve ser introduzido cedo na vida da criança, de forma a aumentar a probabilidade de se tornar um hábito saudável, com o cuidado de que não se transforme em uma obsessão ou na busca do corpo perfeito.

Estatuto: ainda longe do previsto

O artigo 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina: "Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude". Dezoito anos depois, a regra ainda está longe de ser uma realidade para boa parte dos brasileiros até 18 anos. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a 2003 aponta que metade das 35.412 escolas públicas estaduais do país não contam com instalação esportiva.



Endereços úteis

VivaVôlei

Projeto de iniciação ao voleibol para crianças de sete a 14 anos já implantado em alguns estados. O projeto foi iniciado em 1999 pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Em 2003, a CBV criou o Instituto VivaVôlei para gerenciar o projeto. Além da prática esportiva, as crianças precisam apresentar boas notas escolares.
(21) 2114-7200
www.vivavolei.com.br

Bolsa-Atleta

1. Bolsa-Atleta categoria estudante - valor mensal: R\$ 300, para maiores de 12 anos.

2. Categoria nacional - valor mensal: R\$ 750, para maiores de 14 anos.
3. Categoria internacional - valor mensal: R\$ 1.500, para maiores de 14 anos.
4. Categoria olímpica e paraolímpica - valor mensal: R\$ 2.500, maiores de 14 anos.

Ministério do Esporte

Esplanada dos Ministérios, bloco A - CEP 70054-906 - Brasília (DF)
(61) 3217-1800
(61) 3217-1707

Programa Segundo Tempo

O objetivo do programa do governo federal é democratizar o acesso ao esporte como forma

de ocupar o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social. Por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte, entidades se tornam responsáveis pela execução do programa nos estados e municípios.
central.segundotempo@esporte.gov.br
(61) 3429-6826 ou 3429-6830

Sociedade Brasileira de Pediatria

Assessoria de Comunicação
(21) 2256-6856/2548-1999
(21) 2547-3567
imprensa@sbp.com.br

Instituto Ayrton Senna

Programa Educação pelo Esporte. Entre os projetos, o instituto, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, desenvolve o projeto Córrego Bandeira, voltado para crianças e jovens de cinco a 14 anos.
(11) 2974-3000
www.senna.globo.com/institutoayrtonsenna

Projetos esportivos sociais

Parceria entre o Ministério do Esporte e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) possibilita a captação de recursos. Os doadores podem ajudar projetos esportivos sociais de sua preferência.

portal.esporte.gov.br/snee/esportesocial

Esporte Cidadania

Guia de orientação para os municípios "Por que esporte e cidadania no selo Unicef?"
www.unicef.org/brazil/pt/esporte_cidadania.pdf

No Distrito Federal

Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal. Além das crianças e adolescentes, são atendidos adultos e idosos e pessoas com deficiência.

Secretaria de Cursos, no Ginásio Nilson Nelson, telefone 156 ou Assessoria de Imprensa da Secretaria de Esporte. (61) 3355-8665